



A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA PERIFERIA E O DIREITO À CIDADE

Maiara Cerqueira Leandro

Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia-Uesb.
Mestranda Do Programa De Pós-Graduação Em Geografia-Ppgeo/Uesb.
maiara-sf@hotmail.com

Júnio De Jesus Dos Santos

Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia-Uesb.
Mestrando Do Programa De Pós-Graduação Em Geografia-Ppgeo/Uesb.
juniogeo@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho se propôs a pesquisar sobre a (re)produção do espaço urbano da periferia e o direito à cidade como possibilidade de transformação e compreensão da realidade. O objetivo é discutir sobre a (re)produção do espaço urbano da periferia do “habitat” ao habitar como busca pelo direito à cidade, suas contradições e possibilidades para a reprodução da vida cotidiana. O referencial teórico da pesquisa baseia-se no diálogo da abordagem dialética de acordo com a teoria lefebvriana da produção do espaço, a fim de compreender a influência das representações sobre o espaço da periferia. Os procedimentos metodológicos utilizados pautaram-se em leituras e fichamentos sobre o debate da produção do espaço, a cidade, a periferia e o urbano, e suas contradições em meio ao processo de reprodução das relações sociais. Referenciadas com base nos principais autores, Lefebvre (2000; 2008; 1999; 1991) as relações de produção do espaço com base na tríade dialética sobre o concebido, o percebido e o vivido; Sobarzo (2004) relações de dominação e apropriação dos espaços; Smith (1988) desenvolvimento desigual da produção do espaço; Carlos (2015; 2007; 2001) as relações de produção e reprodução no/do espaço-tempo; entre outros, que trabalham com as dimensões analíticas do espaço. Bem como, pesquisa de campo para compreensão da abordagem teórica com relação ao empírico, a realidade apresentada em meio às lógicas de segregação socioespacial na cidade de Santo Antônio de Jesus/BA. Nesse sentido, o entendimento da abordagem sobre a produção do espaço e suas diferentes concepções em meio às reflexões teórico-metodológicas é indispensável para compreender o fenômeno da produção do espaço e o desvendar da realidade enquanto possibilidade crítica da sociedade contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Produção do espaço. Periferia. Reprodução da vida.

1 INTRODUÇÃO



No contexto da produção do espaço urbano torna-se indispensável o entendimento sobre o processo de (re)produção da periferia e da cidade em meio as contradições existentes em suas estruturas socioespaciais, funcionalidades e estratégias que regem os fenômenos urbanos. E nessa acepção, destaca-se a abordagem de análise crítica da Geografia Urbana, na busca pela compreensão do espaço social e as transformações ocorridas na cidade, em meio ao processo de estruturação das formas urbanas no espaço-tempo, e a reprodução das relações sociais em seu cotidiano.

A periferia é um espaço dinâmico por natureza, mediada por relações normativas e subversivas que caracterizam o espaço vivido. E nessa relação, a reprodução social ganha força por meio das práticas de apropriação e de uso do espaço cotidiano, traz para análise da periferia um novo sentido, o sentido da vida ali presente. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é discutir sobre a (re)produção do espaço urbano da periferia do “habitat” ao habitar como busca pelo direito à cidade, suas contradições e possibilidades para a reprodução da vida cotidiana. Com base, na abordagem teórica sobre a produção do espaço e sua análise na relação com o empírico, a partir do estudo sobre a realidade da cidade de Santo Antônio de Jesus/BA, em meio às lógicas de segregação socioespacial presentes nos bairros São Benedito e Renato Machado.

A cidade de Santo Antônio de Jesus localiza no sul do Território de Identidade Recôncavo do Estado da Bahia. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, o município tinha uma população de 90.985 habitantes, ao passo que, em 2017, a população total foi estimada em 103.342 pessoas. A sede do município tem uma população de 79.299 pessoas, cujo comércio e os serviços compõem a base principal das funções sociais e econômicas (IBGE, 2010, 2017).

Este artigo é resultado de discussões teóricas e pesquisas empíricas realizadas na área de estudo sobre as questões urbanas relacionadas à reprodução da cidade e suas contradições. Os procedimentos metodológicos utilizados pautaram-se em leituras e fichamentos sobre o debate da produção do espaço, a cidade e o urbano e suas



contradições em meio ao processo de reprodução das relações sociais. Referenciadas com base nos principais autores, Lefebvre (2000; 1999; 1991) tríade dialética sobre o concebido, o percebido e o vivido; Harvey (2015) relação da visão tripartite do espaço (absoluto, relativo e relacional); Smith (1988) desenvolvimento desigual e combinado da produção do espaço; Carlos (2015; 2007; 2001) as relações de produção e reprodução no/do espaço-tempo; entre outros, que trabalham com as dimensões analíticas de produção do espaço urbano e da cidade.

Destaca-se assim, a importância do estudo da reprodução do espaço urbano da periferia e as transformações ocorridas nas cidades, influenciados pelas relações espaço-tempo e os valores de uso e troca do espaço. Uma vez que, a produção do espaço envolve diferentes abordagens, desde a sua materialidade até a dimensão de reprodução social da vida que ganha sentido no espaço.

2 A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A teoria da produção do espaço de Lefebvre (2000) nos remete a pensar o espaço enquanto produto social das práticas espaciais, das representações do espaço e do espaço de representação, ambas as formas de produção e reprodução social estão interligadas e são indissociáveis. Por conseguinte, pensar nas práticas de apropriação e reprodução do espaço urbano é dialogar com as dimensões do espaço concebido e do espaço vivido, visto que, as práticas de apropriação do espaço percebido impõem limites, e ao mesmo tempo medeiam as relações entre estas dimensões.

Portanto, é preciso pensar a produção do espaço enquanto processo de reprodução de relações sociais em sua complexidade, o *locus* de apropriação e reprodução da vida e de todas as suas condicionalidades. Desde o espaço concebido



enquanto produto da lógica capitalista de dominação das relações a serem seguidas pelos sujeitos no cotidiano, alienados pela lógica da “sociedade burocrática do consumo dirigido” (LEFEBVRE, 2008, p. 46). E o embate do espaço percebido enquanto mediação da ordem distante (nível macro) e a ordem próxima (nível local). Apresentam-se assim, contradições e conflitos que se imbricam no espaço vivido, elementos indispensáveis para a compreensão das relações sociais de produção e reprodução do espaço (LEFEBVRE, 2000).

Diante dos fatos, no contexto dessa atual sociedade mediada por contradições, destaca-se a importância do estudo para se pensar a cidade e os sujeitos que nela se reproduzem, por meio de suas relações socioespaciais acarretadas por diferentes sentidos e vivências, para além da concepção de cidade como centralização da forma arquitetural em prol das lógicas de mercado e sua reprodução de consumo do espaço e espaço de consumo. Portanto, a busca pela apreensão da cidade e sua dimensão simbólica capaz de produzir diferentes conotações de práticas de sociabilidades, mediações entre os desejos humanos, suas necessidades e capacidades de coerção.

Nesse contexto, é preciso considerar a produção do espaço enquanto processo de reprodução de relações sociais em sua complexidade entre as diferentes instâncias política, econômica, cultural, estrutural e conjuntural, que produzem a sociedade. Uma vez que, “[...]. O espaço não é mais um “acidente da matéria”, mas é um resultado direto da produção material” (SMITH, 1988, p. 123).

Logo, o espaço é materialidade produzida e reproduzida pelas relações sociais que dão sentido e direcionamentos para a reprodução da dimensão da vida. A produção do espaço como produto social e histórico, para além da análise das coisas no espaço (CARLOS, 2015). “[...] lugar onde se manifesta a vida, o espaço é condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda a sua multiplicidade” (CARLOS, 2001, p. 11).

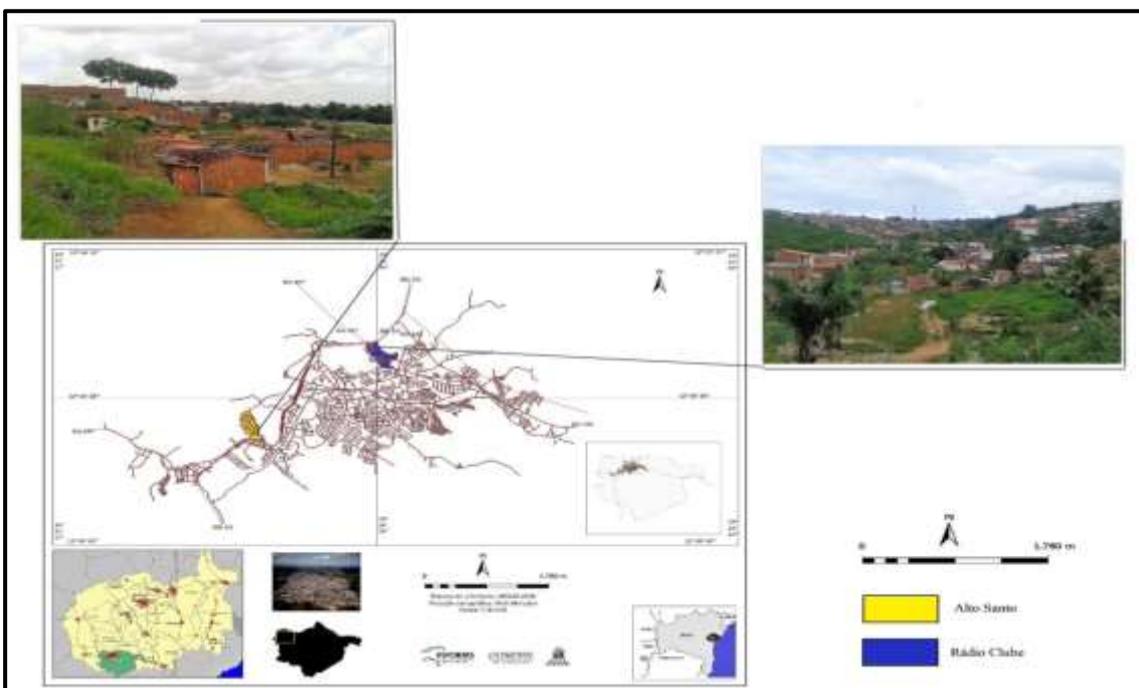


Seguindo essa linha de raciocínio em função das relações espaço-tempo, Harvey (2015) ao trabalhar com o conceito de espaço apresenta uma visão tripartite no modo como o espaço pode ser entendido - a ideia de espaço absoluto - como algo fixo, enquanto formas que contêm e/ou planejam os eventos, mas que ao mesmo tempo só faz sentido em meios relacionais. Bem como, o espaço relativo - impõe a mediação entre formas fixas e o caráter das relações que se estabelecem a partir das mesmas, sendo este o espaço da circulação e dos fluxos. E em meio a esse processo encontra-se o movimento do espaço relacional – das sensações que são apreendidas nas circunstâncias experienciadas em meio à “formas-conteúdos” que se reproduzem no espaço.

Com o crescente processo de urbanização, as cidades vão ganhando nova configuração espacial, marcadas principalmente pela diferenciação entre os espaços privilegiados das áreas centrais e a fragmentação dos espaços periféricos, reproduzidos pelas lógicas de segregação socioespacial. Destaca-se assim, a importância de se realizar um diagnóstico da produção do espaço da cidade, que possibilite pensar o espaço urbano, suas relações, influências e transformações socioespaciais. Tais relações podem ser observadas na cidade de Santo Antônio de Jesus em função das localidades periféricas do Alto Santo Antônio e Rádio Clube, oficialmente, Bairros Renato Machado e São Benedito respectivamente, Mapa 1.



Mapa 1 – Localização dos Bairros Alto Santo Antônio e Rádio Clube em Santo Antônio de Jesus-BA, 2018.



Fonte: Elaborado pelos autores (2018), com base no IBGE (2010;2018). Sistema de Proj. Cart.: Lat e Long. Sistema de Referência das Coordenadas DATUM SIRGAS 2000 WGS84.

Não obstante, as transformações urbanas estão associadas diretamente as condições urbanísticas que fazem parte da cidade, distribuídas de forma diferenciada no espaço urbano, a depender das localizações, da garantia de infraestrutura necessária, dos investimentos em construções imobiliárias e, como consequência, a valorização do solo urbano (LEFEBVRE, 2008). Segundo Sposito (2004), o aparecimento dessas novas formas de *habitat* urbano, como condomínios fechados, conjuntos habitacionais ou cidades planejadas para fins habitacionais têm por finalidade a extensão dos tecidos urbanos para a realização dos interesses fundiários e imobiliários. Transformando assim os espaços em meros objetos de troca a serem comercializados, em detrimento do uso.



3 A PERIFERIA URBANA DO “HABITAT” AO HABITAR

A fim de discutir sobre o cotidiano da periferia e a sua relação com o nível estrutural da cidade, deve-se levar em consideração os níveis de escalas sociais que irão nos direcionar para aquilo que queremos observar como compreensão dos fenômenos urbanos. Trabalhando assim com a abordagem da escala micro (a periferia) e referenciando-a com a sociedade enquanto totalidade. Para Revel (2010), em função da abordagem microanalítica torna-se possível uma releitura dos fenômenos maiores, bem como ressalta a importância do estudo da micro-história para apreender a experiência social (vivência), o que para as categorias mais gerais é incapaz de compreendê-la.

E nessa relação da periferia urbana e suas mediações em meio às práticas do habitar e as formas estruturais que lhes são concebidas hierarquicamente, destaca-se a cidade como forma codificada dos conteúdos da prática social, visto que para Lefebvre (1972, p. 65) *apud* Araújo (2012, p. 134), “a cidade é um objeto espacial que ocupa um lugar e uma situação”. Todavia, quando se refere à produção da cidade é preciso levar em consideração não apenas o sentido “*stritu sensu*”, “que se refere à produção de bens e mercadorias”, mas, principalmente, o “*latu sensu*”, “que se liga à ideia de que o que se produz também são relações sociais, uma ideologia, uma cultura, valores, costumes, etc” (CARLOS, 2001, p. 63).

E, no que se refere à produção do espaço da periferia é preciso compreender o processo de suas relações em meio à cidade e o modo de vida urbano, os elementos que se apresentam no cotidiano como *locus* de reprodução da vida em meio à “formas-conteúdos”. Marcadas por práticas de apropriação e/ou dominação, representadas por um jogo de significados indissociáveis do próprio processo de (re)produção da cidade, o poder do espaço, produzido e/ou reproduzido nas suas desigualdades e contradições. Com capacidade de facilitar ou dificultar o processo de dominação política como norma



hierárquica do espaço, ao mesmo tempo, que no espaço também se gesta as possibilidades subversivas à ordem que lhe é imposta, em meio ao uso e apropriação espacial (SOBARZO, 2004).

Portanto, o espaço urbano das cidades é organizado por uma dinâmica socioespacial complexa, representada por sistemas de signos organizados que reproduzem a lógica da segregação em torno da modernização da sociedade capitalista e dos conflitos de classes. E nessa lógica a segregação urbana apresenta-se como mediadora da separação entre o centro e a periferia, a divisão do espaço em fragmentos que reeditam os interesses da especulação imobiliária, a valorização do solo urbano vendido em pedaços.

O que contribuirá também para os efeitos potenciais da segregação social através da divisão de classes, onde cada grupo social passa a fazer parte de um determinado espaço fracionado, selecionado de acordo com os interesses da classe dominante e das pessoas que poderão fazer uso deste, excluindo para outras áreas descentralizadas da cidade as camadas mais abastardas da sociedade. Para Lefebvre (1991, p. 94), “[...] a segregação deve ser focalizada, com seus três aspectos, ora simultâneos, ora sucessivos: espontâneo (proveniente das rendas e das ideologias) – voluntário (estabelecendo espaços separados) – programado (sob o pretexto de arrumação e de plano)”.

Nessa perspectiva, é preciso levar em consideração que muitos dos problemas estruturais e conjunturais que se apresentam nos espaços da cidade são frutos da própria lógica de reprodução do espaço capitalista que está em jogo, com suas regras e ordens que favorecem o desenvolvimento desigual e combinado, com o acirramento das distâncias entre classes sociais e de renda. Milton Santos (2004) já sinalizava, o progresso técnico é apontado por um pequeno número de atores globais em seu benefício exclusivo. O que revela a problemática da desigualdade social que se manifesta na sociedade de maneira camuflada, em que uma pequena parte da população desfruta de direitos e privilégios, enquanto grande maioria da população vive em



condições precárias na sociedade, sem ao menos desfrutar de direitos básicos (saúde, moradia, educação, transporte etc.), fundamentais para a reprodução da vida.

Nesse contexto, apresenta-se análise de abordagem teórica e empírica sobre a realidade de Santo Antônio de Jesus, com destaque para o processo de segregação espacial de classes sociais em áreas distintas da cidade, mediado por interesses imobiliários e de reprodução do capital, que impactam diretamente nas características urbanísticas, disponibilização de equipamentos públicos, produção dos espaços e reprodução da vida (Figura 1). Como exemplo do que pode ser observado nas áreas do Bairro São Benedito e em suas proximidades, um bairro com características de espaço segregado carente de diversos serviços básicos *versus* a construção de um grande condomínio de luxo em suas extremidades, do lado oposto, separados pela BR 101.

Figura 1 – Caracterização da morfologia urbana da Rádio Clube e do Condomínio Alpha Parque, Santo Antônio de Jesus – BA, 2016



Fonte: Arquivo dos autores com base no trabalho de campo, novembro de 2016.



Entretanto, os elementos e processos de reestruturação da morfologia urbana apresentados acabam por redefinir a espacialidade da cidade, redesenhando as relações socioespaciais mediadas por conflitos e interesses divergentes entre classes sociais. De um lado o espaço inacabado, representado por estereótipos e marginalizado, com condições precárias para sobrevivência dos moradores da Rádio Clube, segregados do direito à cidade enquanto reprodução da vida.

E em contrapartida, a construção de um grande empreendimento imobiliário como meio de potencialização de fluxos para áreas da cidade de Santo Antônio de Jesus, anteriormente pouco valorizadas, mas que acabam por otimizar os preços das novas localizações produzidas. A construção do Condomínio Alpha Parque, vendido como o espaço de infraestrutura necessária para viver com conforto e segurança, contato com o verde, a “simulação da natureza” privatizada, com distância de 1 Km do centro pelo acesso ao viaduto exclusivo. Apresenta-se assim, a (re)produção do espaço enquanto mercadoria com altos investimentos em condomínios horizontais fechados. De acordo com Santos, J. (2010, p. 64).

Nesse ponto, o grande *marketing* é tanto a venda da segurança, num contexto em que se estereotipa a violência social, quanto a aumento do valor, pois, como no caso mais impressionante da Bahia que é Santo Antônio de Jesus, os *outdoors* escancaradamente externam que “se deve comprar um terreno no condomínio porque ele valorizou 80% em menos de um ano”, ou seja, o reforço do mercado de terra urbana pela valorização, *per si*, perdendo de vista completamente a concepção e a produção da moradia como valor de uso (SANTOS, J. 2010, p. 64).

Reproduzem-se assim, as contradições do espaço influenciadas pelo processo de urbanização perversa, modificando as dinâmicas das cidades sobre a influência do processo de reestruturação das cidades médias e modificações na estruturação das pequenas (SANTOS, J, 2010). Produz-se assim, novos desejos e necessidades, através



da produção desses novos equipamentos urbanos e dos novos padrões de moradia (LEFEBVRE, 1999).

As ações de organização do espaço por meio do Estado através das políticas de planejamento urbano em sua maioria são seletivas, priorizando aqueles espaços com capacidade de retorno financeiro, diretamente ligado às questões imobiliárias. O Estado não tem recursos necessários para investir sem expectativa de retorno, por conta disso ele abandona as demandas da população que não pode pagar e prioriza os interesses da classe média, capaz de reembolsar os empréstimos concedidos, de pagar um aluguel, de comprar uma casa e construir novos empreendimentos (ROCHEFORT, 2008).

E, em meio a essa desordem “ideo-lógica”, apresenta-se a cidade programada pelos planejadores urbanistas como projeção de uma forma lógica de espaço para aqueles que irão fazer uso dele, formatados por simulacros de realidade. Exemplo claro são os espaços da periferia planejada, que estão ao nível do habitat, modelos de espaços projetados para concentrar pessoas, pessoas essas que já foram descentralizadas de um “centro”, especificamente, da cidade, reproduzindo a lógica e a prática da segregação urbana (LEFEBVRE, 1999).

Com efeito, tais espaços planejados da periferia quando preenchidos da presença de pessoas tendem a reconfiguração espacial, atribuída as práticas sociais de apropriação que fazem com que os indivíduos se percebam no espaço através da reconstrução de novas relações sociais, conferindo-lhes novos sentidos, isso porque “[...] o preenchimento do vazio do espaço prescrito não ocorre senão por suas lutas, para, assim, conseguirem dar vida a este espaço concebido sem vida” (MARTINS, 2001, p. 169).

Nesse contexto, percebe-se o quanto é perversa a dinâmica de produção do espaço na cidade em meio à lógica de reprodução do capital, que acaba por diferenciar o espaço e as pessoas, e desse modo, prioriza-se o investimento em áreas com capacidade de retorno financeiro, os centros, e em contrapartida as áreas menos valorizadas vão



sendo cada vez mais segregadas e negadas do direito à cidade, no sentido de direito a vida (LEFEBVRE, 1991).

Tais negligências com relação aos espaços periféricos com precárias condições para reprodução social podem ser percebidas, principalmente, em função da não atuação do poder público em atender os interesses da população que vive em bairros marginalizados na cidade. Exemplo da realidade presente no Bairro Renato Machado com moradias em áreas de risco, Figura 2. Áreas marginalizadas sem as mínimas condições básicas de saúde, moradia, lazer e saneamento básico, uma vez que os moradores sofrem diariamente com a falta de profissionais da área de saúde, medicamentos, espaços de lazer de uso coletivo, moradias dignas e problemas relacionados a esgoto a céu aberto. Sendo estes, os principais problemas relatados pela população residente, e que são visíveis nesses espaços.

Figura 2 – Aspecto de áreas de construção de moradia do Bairro Renato Machado, 2016



Fonte: Arquivo dos autores com base no trabalho de campo, novembro de 2016.



Diante dos fatos, cabe ao poder público municipal cumprir com suas obrigações e garantir condições dignas à população residente nesses bairros, de modo que possa atender as reais necessidades da população, fundamentais para a reprodução da vida. Como está previsto em um dos objetivos do PDDU do município de Santo Antônio de Jesus, “(i) melhorar as condições de vida dos moradores — especialmente os pobres urbanos. [...] proporcionar mais qualidade de vida para os moradores e assegurar uma cidade mais atrativa para os investimentos privados, gerando emprego e renda para a comunidade” (SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 2000).

Porém, infelizmente, tal objetivo do plano diretor se encontra apenas no papel, pois diante das condições em que se encontram os bairros marginalizados da cidade, com sérios problemas urbanos, podemos perceber que o objetivo de melhorar as condições de vida, especialmente dos mais pobres, não está sendo cumprido pelo poder público. Uma vez que, a garantia da qualidade de vida passa bem longe da realidade vivenciada pelos moradores desses bairros. Em contrapartida, o objetivo de “assegurar uma cidade mais atrativa para os investimentos privados”, este sim, apresenta altos índices de investimento, principalmente com relação aos empreendimentos imobiliários com a construção de condomínios fechados na cidade, que só faz crescer, e com isso reproduz o processo de segregação espacial urbana.

E nessa acepção prevalecem às representações daqueles que têm mais poder de coerção, representam tanto para si como para os outros, porém de maneira diferenciada, as ideias são projetadas para atender os seus interesses, o que ocasiona paradigmas sobre os espaços representados, a serviço de uma classe estatal dominante. Todavia, “[...] análoga à dimensão paradigmática da linguagem, uma representação espacial pode ser substituída por outra que mostre similaridades em alguns aspectos e diferenças em outros” (SCHMID, 2012, p. 99).

E, seguindo a linha de pensamento lefebvriana podemos associar a trilogia da segregação com o espaço da periferia: sendo a própria periferia espontânea – a partir do



nível mental que concebe o espaço periférico por meio do imaginário social, uma abstração da forma, proveniente das rendas e ideologias; voluntária – representada como um espaço separado do todo, da cidade, espaço fragmentado; e programada – sob a ação do Estado, do planejamento da cidade pela ideia de planificação espacial.

É nesse sentido, que se encontra a complexidade da periferia, sendo-a representada neste trabalho como algo muito além da simples comparação de distância física entre unidades espaciais, carecendo assim de novas definições, como afirma Gamalho (2011, p. 04), “[...] reduzir a periferia a sua condição de distância física e sua condição social aos aspectos de pobreza corresponde a uma forma de ocultar toda a pluralidade das práticas sociais que produzem esse espaço”.

A própria estrutura social (relações e práticas sociais) reedita a segregação, destacando-se a influência do Estado, que cria todo um aparato ideológico para manter as estruturas que temos hoje (LEFEBVRE, 1999). “O que torna possível a ideologia é a luta de classes, a dominação de uma classe sobre as outras. [...], o que faz da ideologia uma força quase impossível de ser destruída é o fato de que a dominação real é justamente aquilo que a ideologia tem por finalidade ocultar” (CHAUI, 2004, p. 34).

As ações do Estado enquanto agente norteador da ordem e do controle social visam à projeção de espaços programados para o consumo de determinadas condições sociais, diferenciando os espaços face divisão de classe que mantém a construção de ideologias direcionadas à reprodução das práticas de segregação. Visto que, a segregação socioespacial se reproduz “silenciosamente” na sociedade por meio de uma ideologia que se apresenta enquanto funcionalismo e estruturalismo diferenciais, projetados para uma ordem social, onde cada espaço passa a ser controlado por meio de uma gestão específica e coerente com os interesses capitalistas.

Contudo, o espaço não é neutro, muito pelo contrário, ele se apresenta cada vez mais como espaço instrumentalizado – regulador das estratégias diluídas em meio aos significantes e significados, dotados de intencionalidades apresentadas enquanto



racionais, funcionais e instrumentais, que visam reproduzir o espaço de dominação, representado aparentemente por meio de uma coerência racional e objetiva (a ideologia disseminada) (LEFEBVRE, 1999).

Nesse contexto, a reprodução social da periferia se encontra segregada do uso da cidade, estabelecida através da lógica de diferenciação dos espaços e separação das pessoas, representada pela dicotomia centro – periferia que marca a reprodução de uma cidade injusta e desigual, tirando o direito de uso dos espaços públicos, especificamente, o não direito à cidade no sentido mais profundo de direito a vida.

Sendo assim, outra lógica que está envolta da cidade é a noção de centralidade como a reunião das simultaneidades, das formas e dos conteúdos estruturais que concentram os meios de produção e a reprodução social de tudo aquilo que é estabelecido como norma. E aquém desta, encontra-se a periferia como fruto de outro tipo de centralidade, aparentemente como reunião daquilo que não tem poder, apenas o poder da massa, do encontro entre às práticas criativas e subversivas dos sujeitos ou “homens ordinários” como afirma Certeau (1994), que reproduzem tanto as regularidades da vida social como também as desviam. No entanto, o acesso a não centralidade gera consequentemente a segregação, “[...] *Segregação* que produz uma *desagregação* da vida mental e social” (LEFEBVRE, 1991, p. 160).

Não obstante, os espaços só ganham formas e funções mediante as relações humanas que são estabelecidas, dos encontros e desencontros que criam e recriam as formas urbanas. “É preciso incorporar ao espaço a crítica da vida cotidiana, que põe o acento na reprodução das relações sociais” (DAMIANI, 2001, p. 161). O cotidiano em função do nível do habitar, das práticas de apropriações que as pessoas realizam nos espaços onde moram, uma ligação entre a casa, a rua, o bairro e a própria cidade, os caminhos pelos quais trilham a reprodução da vida espontaneamente (CARLOS 2007).

Realiza-se assim a vida, tecida por relações sociais em todos os sentidos, seja cultural, político, econômico, sistemático, social e simbolicamente, a complementação



do direito à cidade. À apropriação dos espaços, bem como a sua reprodução para além dos limites que lhes são impostos no dia-a-dia, pois são as pessoas que têm a capacidade de pensar, criar, inventar e elaborar práticas de resistências através da reivindicação do direito ao uso e apropriação, as lutas urbanas em prol do acesso a transporte público, moradia, saúde, educação, a própria reprodução social da vida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões apresentadas neste trabalho pode-se perceber o quanto é complexo trabalhar com as questões relacionadas à cidade, o urbano e as dimensões do espaço da periferia, uma vez que, ambos estão diretamente interligados e merecem ser analisados com visão crítica e objetiva, para melhor compreensão dos mecanismos que permeiam a reprodução e organização do espaço urbano.

Nesse contexto, a hierarquização dos espaços de poder acaba por priorizar a valorização de alguns espaços em detrimento de outros, que vivem as marcas de um sistema controlador, regido pelo desenvolvimento desigual e combinado, disseminado pelas lógicas da sociedade capitalista que se implanta na vida cotidiana e se reproduz pelos espaços da cidade de forma seletiva, realidade presente na cidade de Santo Antônio conforme os dados da pesquisa. A divisão entre classes sociais, na qual a parcela da população com menor poder aquisitivo é submetida a conviver com as precárias condições de vida, enquanto a classe dominante detém o poder sobre o parcelamento do solo urbano e determina suas estratégias de dominação espacial.

Nessas condições, a cidade se reproduz de forma seletiva, entra na lógica da reprodução capitalista no/do espaço, o crescimento da especulação imobiliária, e ao redor da cidade, a periferia desurbanizada, sem condições mínimas para reprodução social. Assim, o “habitat” reduz simplesmente à moradia, o acesso à propriedade privada, em sua maioria, negado aos sujeitos residentes de áreas periféricas. E o habitar



representa a apropriação do espaço pelas relações de sociabilidades, dos encontros e desencontros realizados diariamente nas lutas e conflitos pela reprodução da vida.

Diante dos fatos, é preciso pensar a cidade como espaço coletivo e de direito à apropriação por meio da participação e reivindicação das necessidades de uso e apropriação do que é público, não apenas no nível das estruturas – relações sociais, mas também relacionado às superestruturas, onde as instituições e o Estado possam cumprir com suas obrigações. Daí a importância da pesquisa e debate sobre estas questões, na luta pela garantia de direitos como meio de atender as necessidades básicas fundamentais para a reprodução da vida cotidiana.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, James Amorim. Sobre a cidade e o urbano em Henri Lefèbvre. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 31, pp. 133 – 142, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/576-1451-1-PB%20(3).pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. *In*. CARLOS, A. F. (org). **Crise Urbana**. Ed. Contexto. 1ª ed. 2015.

_____. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: <http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/Espaco_urbano.pdf>. Acesso em: 12 de agosto de 2018.

_____. **Espaço – tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DAMIANI, Amélia Luísa. As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do Espaço. *In*: CARLOS, A. F. ODETTE, S. (Org.). **Espaço no fim de século: a nova raridade**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2001. P. 48-61.



GAMALHO, Nola Patrícia. **Periferia: a produção do espaço e representações sociais no/do Bairro Restinga – Porto Alegre/RS**, 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/22077/12840>>. Acesso em: 16 de agosto de 2018.

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. **Em pauta**. Rio de Janeiro. 1º semestre de 2015. n° 35, v. 13, p. 126 – 152. Disponível em: <<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/18625/13595>>. Acesso em: 10 de agosto de 2018.

LEFEBVRE, Henri. (1974), **A produção do Espaço**. Trad. Sergio Martins, Belo Horizonte: UFMG, 2012.

_____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

_____. **A revolução urbana**. Trad. Sérgio Martins. Ed. UFMG. Belo Horizonte, 1999.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

MARTINS, Maria de Fátima Almeida. Espaço e política na realidade dos conjuntos habitacionais. In: DAMIANI, A. L. CARLOS, A. F. A. SEABRA, O. C. L. **Espaço no fim de século: a nova raridade**. (organizadoras). 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 165-171.

REVEL, Jacques. **Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado**. Revista Brasileira de Educação v. 15 n. 45 set./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/03.pdf>>. Acesso em 10 de março de 2018.

ROCHEFORT, M. **O desafio urbano nos países do sul**. Campinas, Ed. Territorial, 2008.

SANTO ANTÔNIO DE JESUS, Prefeitura Municipal. Aquino Consultores Associados Ltda. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Santo Antônio de Jesus – BA**. Salvador, Set./2000.

SANTOS, Janio. A natureza contraditória da urbanização em um contexto de maior complexidade na produção das cidades baianas. In: LOPES, D. M. F. HENRIQUE,



Wendel. (Orgs.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso.** Salvador: SEI, 2010. (Série estudos e pesquisas, 87).

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo razão e emoção.** São Paulo: EDUSP, 2004.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP – espaço e tempo**, São Paulo, n. 32, pp. 89-109, 2012. Disponível em: < file:///C:/Users/Cliente/Downloads/74284-99838-1-PB%20(1).pdf >. Acesso em 12 de julho de 2018.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual.** Ed. Bertrand S.A. Rio de Janeiro, 1988.

SOBARZO, Oscar Alfredo. **Os espaços da sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente.** Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. São Paulo, 2004.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** 5ªreimp. São Paulo: UNESP, 2004.